

A CIDADE ESTÁ LÁ FORA? INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E O MUNDO DIGITAL

IS THE CITY OUT THERE? MEMORY INSTITUTIONS AND THE DIGITAL WORLD



Resumo

Introdução: A cidade capital criada para simbolizar a modernidade brasileira dos anos 60, do século XX, tem nos seus acervos locais documentais referências para a memória social. A dimensão pública da memória urbana apresenta na atualidade graus diferenciados de relação com os equipamentos culturais, que são cada vez mais interdependentes entre si pela presença das tecnologias digitais. A pesquisa trata da disponibilidade pública das coleções de imagens fotográficas sobre Brasília e como o seu arquivamento, com restrições de acesso e sem políticas de preservação digital no longo prazo, reduzem as possibilidades de interação para a construção da memória digital e seus desdobramentos na vida cotidiana. **Objetivo:** identificar a representatividade dos acervos locais de Brasília em relação ao universo digital, sua disponibilidade pública no presente em paralelo à existência ou não de estruturação de políticas de preservação digital de longo prazo. **Metodologia:** identificar condições de acesso e uso de tecnologias digitais por equipamentos culturais; levantar dados sobre a disponibilidade digital de documentação imagética sobre Brasília em comparação a outras cidades brasileiras; analisar a representatividade dos acervos e o papel cultural das entidades locais. **Resultados:** reconhecimento da relevância dos acervos locais para a construção da dimensão pública da memória urbana no longo prazo. **Conclusão:** importância de valorizar os acervos locais, considerando as políticas de preservação digital, a memória urbana e o acesso no longo prazo.

Palavras-chave: Custódia; Memória digital; Dimensão pública; Cidade; Preservação digital.

Abstract

Introduction: The capital city created to symbolize the Brazilian modernity of the 60s, of the 20th century, has in its local documentary collections references for social memory. The public dimension of urban memory currently presents different degrees of relationship with cultural facilities, which are increasingly interdependent with each other due to the presence of digital technologies. The research deals with the public availability of collections of photographic images about Brasília and how their archiving, with access restrictions and without long-term digital preservation policies, reduces the possibilities of interaction for the construction of digital memory and its consequences in everyday life. **Objective:** to identify the representativeness of local collections in Brasília in relation to the digital universe, their public availability at present, in parallel with the existence or not of structuring long-term digital preservation policies. **Methodology:** identify conditions of access and use of digital technologies by cultural facilities; collect data on the digital availability of imagery documentation about Brasília in comparison to other Brazilian cities; analyze the representativeness of the collections and the cultural role of local entities. **Results:** recognition of the relevance of local collections for the construction of the public dimension of urban memory in the long term. **Conclusion:** importance of valuing local collections, considering digital preservation policies, urban memory and long-term access.

Keywords: Custody; Digital memory; Public dimension; City; Digital preservation.



Maria De Fátima Duarte Tavares

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

E-mail: fatimatavares@ibict.br

Brasília – DF – Brasil



LICENÇA DE USO

Os autores cedem à [Revista Brasileira de Preservação Digital](#) os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHERS

Universidade Estadual de Campinas – Sistema de Bibliotecas / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – Cariniana. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Gildenir Carolino Santos, Miguel Angel Márdero Arellano.

CREDIT

RECONHECIMENTOS: A autora homenageia o saudoso professor Muhdi Koosah pela valorização da pesquisa documental na historiografia urbana.

FINANCIAMENTO: Não aplicável.

CONFLITOS DE INTERESSE: O autor certifica que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

APROVAÇÃO ÉTICA: Não aplicável.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAL: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Aquisição de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original; Redação – revisão & edição: TAVARES, M.F.D.

1 INTRODUÇÃO

Alguns fatos recentes chamam a atenção para o quadro de políticas públicas no Brasil que orientam não só a preservação e custódia adequada dos acervos físicos documentais quanto o direcionamento para as questões relacionadas ao universo digital.

Em 2018, o Museu Nacional, situado no Rio de Janeiro, teve suas principais coleções perdidas definitivamente em decorrência do incêndio provocado por condições inadequadas de conservação da edificação. O Museu Nacional, instalado no antigo palácio imperial da Quinta da Boa Vista, é considerado a mais antiga instituição científica do país. A recuperação da edificação não trará de volta a enorme perda de conhecimento acumulado, de artefatos, de coleções biológicas e etnológicas, além do apagamento de parte da história das instituições de memória do Brasil, reconhecida na constituição do próprio acervo do Museu Nacional. A pergunta que fica, restou alguma informação do que se perdeu?

A possibilidade de recuperação de imagens e de informações sobre os materiais expostos teve a colaboração de antigos visitantes, que remeteram seus registros digitais individuais. Giselle Beiguelman analisou o caráter momentâneo do impacto da temática do desastre nos circuitos das redes sociais, diante da relação de perda de um acervo de valor incalculável para a memória do país. Ao mesmo tempo, observou as notificações dos visitantes, cujos registros imagéticos digitais eram aleatórios e de valor mais pessoal do que de objetos ou do ambiente retratados (BEIGUELMAN, 2022).

Outro aspecto inter-relacionado ao processo de perda diz respeito à memória urbana. A dimensão da cultura urbana teve, assim, reduzido o universo de seus registros de memória de longo prazo, já que o Museu Nacional é também um equipamento urbano pertencente à cidade do Rio de Janeiro, cuja história institucional traduz uma longa trajetória de experiências científicas e, também, políticas e culturais (FIGUEIROA, 1997, p. 67, 135). As mudanças de uso do espaço estão vinculadas à instauração da República, mas, por outro lado, a translação do Museu Nacional para esse cenário foi uma forma de reconhecimento do interesse do Brasil pela ciência, no contexto do período monárquico. Porém, manter essa memória e seus registros de informação não se constituiu em prioridade para a gestão pública, desde o século XX até o presente.

Nota-se, portanto, a ausência não só de recursos para a conservação da edificação centenária e suas instalações técnicas, quanto de atualização do Museu Nacional a serviços sistemáticos e informatizados de inventários das coleções, considerando a preservação digital. Neste caso, trata-se de pensar que as políticas de memória devem incluir obrigatoriamente outras estratégias, que vinculem os acervos físicos e sua reprodução digital à ação preventiva a potenciais riscos, tendo em conta o longo prazo.

Em 2022, a notícia de doação do acervo privado de Lucio Costa para uma entidade no exterior gerou reações e noticioso local e nacional, considerando a perda de custódia de materiais relevantes para a história nacional, mas, especialmente para a história de Brasília (MACIEL, SCHWINGEL, 2021; ANGIOLILLIO, 2021). É no mínimo curioso que essa relação com a memória documental da cidade ganhe destaque após mais de 60 anos da inauguração de Brasília. A gestão local da capital da República percebeu, em 2021, a relevância de se inventariar e documentar os acervos pertencentes às entidades locais do setor cultural e de buscar formas de tornar esses acervos mais acessíveis (IZEL, 2022). Será que essas ações, que preveem a digitalização de milhares de documentos, objetos e obras de arte atendem a políticas de preservação digital de longo prazo?

Por outro lado, é provável que a ocorrência do Museu Nacional suscite ações de maior controle sobre os riscos inerentes à preservação de acervos no Brasil. No caso de Brasília, teria a cidade e sua memória de construção o respaldo de outro destino menos destrutivo? A relação entre a cidade implantada, segundo projeto de Lucio Costa, e os registros desse processo vão além dos materiais do arquiteto e da documentação pública do período de fundação. A cidade tem uma história de ocupação, que ultrapassa a circunscrição do Plano Piloto de Brasília, objeto de tombamento urbanístico federal em 1990, também, reconhecido pela Unesco como patrimônio mundial desde 1987 (IPHAN, [2023]). Os instrumentos patrimoniais que buscam preservar esse conjunto criado nos anos 50 do século XX, não repercutem sobre a paisagem externa à demarcação, que já é muito distinta daquela dos anos de implantação. A utilização do tombamento urbanístico de Brasília, defendido por Lucio Costa, propõe-se a manter o caráter simbólico da capital para o futuro e garantir seu traço diferenciador de outras cidades brasileiras, a noção de cidade-parque (PESSÔA, 1999, p. 291).

O representante da Casa da Arquitetura, que hoje abriga a documentação de Lucio Costa, diante da polêmica, lançou outro olhar sobre a distinção em relação a outros acervos museológicos e entre um museu dedicado aos registros de memória dos arquitetos e a obra construída, conforme matéria divulgada pela Folha de São Paulo. O que foi custodiado é a documentação de algo em projeto, a obra “está lá fora” (ANGIOLILLIO, 2021).

A dimensão da memória social e a vida nas cidades ganham novos contornos na atualidade, mas tudo indica que a relação específica com os museus, bibliotecas e arquivos vai permanecer, embora recriada pelas tecnologias digitais e outras experiências. A memória institucionalizada seguirá competindo no campo da organização da imensidade de informação digital disponível, com foco na documentação produzida no passado e na atualização de seus acervos. Essas instituições, diante do universo digital, tornam-se os elementos não só receptores da produção documental pública e privada, artística e científica da contemporaneidade, quanto organizam e devolvem para a sociedade a massa de informação acumulada de forma seletiva. Conforme análise de Aldo Barreto, podemos entender as

instituições de memória como os ambientes que agregam e disseminam de forma organizada os estoques de informação do passado, cujos registros chegaram até o tempo presente (BARRETO, 2002).

Há outras nuances sobre o compromisso e a dinâmica dessas instituições com a memória social e suas prerrogativas em relação à obsolescência do objeto digital. As diferenças de tratamento documental em relação ao objeto de arte virtual ou às imagens computacionais, pois não se dispõe de um original em outro suporte a ser preservado, exigem parâmetros próprios de adequação ao que manter como registro. Mas qual o viés a ser dado à produção atual e à interação digital? Se, como observa Giselle Beiguelman, na busca de público, a tendência de museus e outros espaços é de incorporar múltiplas atividades e eventos virtuais, que se tornam mais suscetíveis à divulgação do que as próprias coleções (GRAU, 2007; BEIGUELMAN, 2022).

A digitalização de acervos, por outro lado, trata da transformação do objeto físico em um objeto informacional, que incorpora para seu armazenamento a gestão da informação e o tratamento descritivo, inerentes aos documentos digitais (DODEBEI, 2015). Assim, de certo modo, ao serem digitalizados, todos os objetos se equivalem, do ponto de vista da sua estrutura informativa, independente das instituições e do tratamento dado à sua origem, se arquivística, bibliográfica ou artística.

A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, do Conselho Nacional de Arquivos, de 2005, traça as diretrizes para a adoção de ações de preservação, que devem considerar o ciclo de vida dos objetos digitais, desde a sua criação, com o respectivo controle de seu processo de arquivamento, tendo em conta a reprodução digital facilitada, o caráter de obsolescência tecnológica e a exigência de garantia de autenticidade (CONARQ, 2005). Nesses termos, a política de preservação digital necessita, para sua efetivação, das instituições de memória como formadoras e garantidoras dos estoques de informação, para acesso e preservação dos registros digitais de forma permanente.

Essas questões instigaram parte desta investigação, no sentido de observar qual a dimensão da repercussão da construção de Brasília, considerando a documentação e registros disponíveis em instituições de memória nacionais. O levantamento comparativo a outras cidades brasileiras, dedicado à documentação iconográfica, pretende discutir o papel da entidade custodiadora e a relevância dos acervos locais, considerado o panorama da memória digital no longo prazo.

1.1 O arquiteto, a cidade e o objeto digital

O interesse na figura do arquiteto Lucia Costa (1902-1998) e na sua obra emergiu novamente em razão da transferência do seu acervo particular para uma entidade portuguesa, a Casa da Arquitetura, com expertise em salvaguardar acervos documentais arquitetônicos e em disponibilizá-los publicamente em formato digital (CASA de ARQUITETURA, [2023]). Esse fato nos leva a problematizar a questão da

memória digital das cidades brasileiras, notadamente Brasília e Rio de Janeiro, às quais os projetos de Lucio Costa estão vinculados, além de sua relação profissional, por longa data, com a principal instituição criadora de políticas e de ações sistemáticas direcionadas ao patrimônio cultural do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A obra de Lucio Costa se situa em um ambiente técnico e cultural de mudança do fazer arquitetônico, com respaldo no movimento das vanguardas modernistas europeias e dos Congressos de Arquitetura Internacionais. Desde os anos 20 e 30, do século XX, Lucio Costa traçou uma convivência paralela entre valorizar a tradição, como patrimônio, na experiência do passado colonial, em especial do barroco brasileiro e seus conjuntos construídos, e, a inovação, articulada à descoberta das possibilidades da arquitetura e do urbanismo modernos, como linguagem formal inscrita em novos códigos, técnicas construtivas e materiais, conjugados a uma leitura crítica da paisagem herdada do ecletismo do século XX. A resultante máxima é a concepção de Brasília como proposição prática e transformadora da forma e paisagens urbanas (COSTA, 1995). Assim, não há dúvida que os registros documentais desse processo de elaboração de seu pensar arquitetônico e urbanístico são de interesse para a história local e nacional.

A documentação originária de Lucio Costa, cuja preservação material e disponibilidade pública são de extrema relevância, necessita ser compartilhada e agregada a outras fontes. Esse acervo do autor do Plano Piloto de Brasília ganha sua maior expressão histórica se relacionado, em especial, aos registros dos atos transformadores da paisagem do Planalto Central, que foi recriada e ganhou outra significação com a implantação de Brasília. Porém, considerando as atuais tecnologias digitais, será a custódia do acervo de Lucio Costa o problema mais relevante para se refletir sobre as práticas atuais relacionadas à memória social dessa cidade de origem modernista? Essa questão leva a considerar a facilidade ou não de acesso aos registros documentais sobre outras cidades brasileiras e como, em paralelo, a memória sobre Brasília está salvaguardada, ou não, em instituições de memória no Brasil. Por outro lado, deve-se considerar a temporalidade de estruturação desses acervos e seu grau de digitalização, tendo em conta as políticas nacionais de preservação digital (CONARQ, 2005).

A imagem fotográfica, foi privilegiada para efeito de comparação, pois, desde o século XIX, se sobrepõe a outras formas de representação, sendo reconhecida como um dos meios de registro temporal e espacial largamente utilizado para traduzir, intencionalmente, para o futuro um legado documental da ordem urbana e suas transformações.

Há, neste caso, a oportunidade de se refletir sobre a configuração da dimensão pública urbana e da memória no quadro das novas relações culturais, que são impactadas pelo domínio das tecnologias digitais e suas possibilidades de acesso à documentação arquivística ou às coleções de bibliotecas e de museus. O debate sobre a memória digital abarca duas questões, uma metodológica, de como estas

relações podem trazer novos elementos de referência para a pesquisa histórica, e, de outro, como a experiência da memória em cidades metropolitanas, em que o grau de dispersão da população é potencializado pelas distâncias, pela desigualdade e pela ausência qualitativa de serviços públicos, pode ser realimentada pela exposição mais intensiva da memória imagética da cidade, que de outro modo dependeria de atividades de difusão dos centros culturais ou do pesquisador que, com seus recortes de problemas, coloca novamente em circulação a documentação arquivada.

Note-se, em primeiro lugar, que a temática urbana já estabelece um recorte metodológico sobre as fontes, que problematiza a questão da memória e seus processos de institucionalização no longo prazo, incluindo a temporalidade dos serviços de agregação e o ciclo de vida de objetos digitais. Em segundo lugar, diante das situações críticas, cabe observar o quadro das políticas para a preservação de acervos documentais arquivísticos, de coleções bibliográficas e outras, que incluem a digitalização, e como é tratada a previsão ou não de políticas de longo prazo para assegurar o acesso futuro a esses objetos digitais (ARELLANO, 2004).

2 REVISÃO DA LITERATURA

A perda da relevância do espacial ou o efeito da desterritorialização das relações socioculturais foram amplamente difundidos pelos estudiosos da temática da cultura digital, considerando a ênfase na informação imediatizada e no papel mediador das redes de tecnologia de informação, desde os anos 90. Porém, essa noção tem sido relativizada diante das novas experiências urbanas em relação às tecnologias móveis, com interações multiplicadas por aplicativos e serviços de geolocalização (LEMOS, 2011, p. 27, 28). A dimensão pública urbana, que no presente tende a incorporar a interlocução multifacetada de agentes de disseminação de informação, é parte de um processo cultural em que a memória social é, em grande medida, compartilhada virtualmente em fluxos não determinados, que podem ou não ser externos aos grupos sociais locais. As análises sobre os usos das mídias e da mobilidade da comunicação mostram a face atualizada dos lugares, como espaços conectados a novas camadas de informação (LEMOS, 2011, p. 30; MACINTOSH, p. 234, 235, 240, 241).

Porém, a reduzida perenidade de suportes tecnológicos, a intermitência de conteúdos e os fluxos contínuos definem em grande medida o universo digital. Este pode ser equiparado aos domínios da oralidade, em que o tempo das narrativas é rememorado e atualizado, enquanto os registros não acumulativos reforçam a noção de caos informacional (DODEBEI, 2015). Assim, é complexa a tarefa de reconhecer as dinâmicas da memória digital e, mais ainda, proceder à identificação do que poderá ser tratado como patrimônio digital e, dessa forma, ser passível de políticas de longo prazo. Porém, a abordagem da dimensão pública e sua vinculação às instituições de memória pode ser um dos eixos para organizar e reconhecer a circulação dos objetos informacionais do universo digital, que tenham suporte na vivência e história urbanas.

Ao mesmo tempo, as tecnologias digitais introduzem a possibilidade de se tratar, em um mesmo ambiente virtual, a diversidade de objetos informacionais, cujas origens, relacionadas a diferentes instituições de memória, reduziam anteriormente as interlocuções dos processos de descrição e de informação, vinculadas ao documento, ao livro e ao objeto museológico (DODEBEI, 2015).

2.1 A dimensão pública urbana, imagem e memória

A dimensão pública urbana, associada à sociabilidade, é uma das categorias norteadoras na análise da formação histórica das cidades, geralmente, anteposta à questão da dominância da propriedade privada e das representações de poder religioso ou do Estado, com suas marcas de privilégios, estéticos, simbólicos e da vida cotidiana, na estruturação da paisagem urbana e no seu construído monumental. O espaço público urbano, após o século XIX, tem nos lugares de memória um referencial para instituir processos, não privados, de compartilhamento das novas sociabilidades urbanas e da elaboração da memória coletiva institucionalizada (NORA, 1994; HUYSEN, 2000, p. 68). Os novos meios de transporte, de comunicação, de registro visuais, e sonoros desde o século XIX geraram novos fluxos de memória, que tratam tanto dos vestígios do passado quanto das alterações do presente. Por essa razão, Andreas Huysen questiona a noção comum de oposição usada entre esquecimento e memória em um contexto temporal dominado por mídias (HUYSEN, 2000, p. 68). Ao mesmo tempo, não se pode ignorar a expansão desses processos, que engendraram as novas representações do real mediadas pela operacionalidade das máquinas, ou seja, por tecnologias que não são neutras, conforme já enfatizou Vilém Flusser (2008, p. 80). A imagem fotográfica e as práticas culturais associadas à reprodutibilidade técnica não são elementos para serem observados de forma isolada, constituíram-se em um contexto de ampla presença de instrumentos técnicos e da industrialização em larga escala.

No século XIX, as bibliotecas, arquivos e museus, instaurados nos ambientes centrais de cidades europeias, são elementos considerados representativos da nacionalidade e do seu grau de civilização, em especial, após as reformas urbanas. O mesmo ocorre no início do século XX, no Rio de Janeiro, após a reforma de Pereira Passos, em que essa dimensão simbólica é atribuída ao conjunto dos monumentais edifícios da Biblioteca Nacional, do Museu de Belas Artes e do Teatro Municipal (CHOAY, 1983, p. 204, 216; SCHORSKE, 1988; FONSECA, 2005, p. 190). O caráter arquitetônico monumental está associado à valorização de seus propósitos de sociabilidade, de arte aplicada e aos seus acervos, cujas primeiras coleções foram originárias de instituições do período de D. João VI e do Império. A Biblioteca Nacional passa a abrigar, além da documentação e coleções históricas do período colonial e do Império, as coleções imagéticas representativas de processos de transformação da paisagem pelos sistemas técnicos (CARVALHO, 1998).

O impacto gerado nas interações sociais pela presença da técnica tem espaços adequados de celebração, que apresentam também novas formas de

registro, desde os salões de fotografia descritos por Baudelaire. A cidade, por sua vez, é transformada em objeto de observação pela fotografia, que assim se integra a um circuito de produção de sistemas técnicos e de sua reprodução como imagem (BENJAMIN, 1985, p. 227, 240). Não é distinto seu uso no Brasil, já no século XIX. Novas formas de representação do olhar sobre as paisagens brasileiras passam a ser produzidas, cujo repertório de temas é traduzido na coleção fotográfica doada por Pedro II à Biblioteca Nacional (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1987; CARVALHO, 1998).

As temáticas dos principais acervos da documentação fotográfica do Rio de Janeiro remetem ao problema da ressignificação da memória coletiva e ao processo de elaboração de uma nova visualidade de paisagens urbanas, considerado o volume de registros associado às dinâmicas de construção ou destruição.

A transformação acelerada das cidades brasileiras no século XX e a criação de Brasília, nos anos 50, como práticas, enquadram-se nos debates sobre a modernidade no Brasil. Já os registros imagéticos desses processos traduzem mais do que a contingência do referente, no sentido atribuído por Roland Barthes, daquilo que seria o efetivamente real, sem o qual não existiria a fotografia (BARTHES, 2018, p. 87).

Esses registros produzidos em larga escala visaram documentar, publicizar e justificar os atos modernizadores a partir da imagem e de sua disseminação. Nesse sentido, essas coleções imagéticas fotográficas pertenceram a um ambiente institucional e cultural e passaram por um ciclo de elaboração até chegar ao seu arquivamento. Esse alcance da disseminação do olhar moderno pela imagem foi, presumidamente, de maior extensão de público no caso da implantação de Brasília, pelas próprias dinâmicas de veículos de mídia disponíveis, o rádio, a televisão, os jornais de grande circulação e as várias revistas ilustradas, como o *Cruzeiro*, *Manchete* e outras, que passaram a veicular, em sintonia com os processos de modernização, as transformações das paisagens a partir do fotojornalismo (COSTA, RODRIGUES, 1995). Por essa razão, os documentos fotográficos arquivados não deveriam ser dissociados do seu *dispositivo* de origem, ou seja, a entidade custodiadora necessita garantir o adequado controle sobre a qualidade da informação relacionada ao contexto da sua produção e sua lógica instituidora como coleção.

2.2 A cidade e a memória digital

Para a análise da relação cidade e memória digital é importante lembrar que a experiência histórica de vida nas cidades nunca foi homogênea e igualitária, salvo nas visões utópicas. Porém, as questões da cultura ganham uma nova face com as tecnologias digitais e o acesso à internet. A relação entre espaços de vivência coletiva e o universo digital, incluídos os lugares de memória na indicação de Pierre Nora, estão em processo de adequação a novas possibilidades de interação (NORA, 1984; LEMOS, 2011, p. 26, 28; MCINTOSH, 2011, p. 230, 236, 240, 241). Maurice

Halbwachs, ao tratar da modernidade do seu tempo no início do século XX, reconhecia a coexistência de múltiplas memórias coletivas em construção, que podiam se disseminar em mundos diversos, mas também interagir na mesma temporalidade e agregar traços comuns, que vão se sobrepor às individualidades e especificidades dos grupos já existentes (HALBWACHS, 2006). Vilém Flusser dá destaque, também, à sintonia de processos técnicos que envolvem a produção de imagens em circulação, que afeta tanto o receptor, quanto o criador, além dos processos coletivos de apropriação (FLUSSER, 2008, p. 60). Os lugares socialmente reconhecidos como referenciais no espaço urbano, que são, portanto, locais, estão hoje permeados do acesso à internet, incluídos os lugares de memória de Nora. Desse modo, cumprem um papel, já apontado por Huyssen, de instituidores de novos valores e significações da memória, em contraposição a um universo global de imagens e fluxos de informação em circulação (HUYSEN, 2000, p. 16, 17, 109-113). Esses espaços são não só, motivadores de agregação coletiva para realização de encontros sociais e culturais, como se tornam os ambientes das memórias vivenciadas e transmitidas como informação ou imagem para as atuais e futuras gerações.

A relação básica entre espaço, tempo e memória, no século XX, já tinha realizado a incorporação das técnicas que aceleraram a relação tempo-espaço e transmutaram formas de convívio locais. Outras configurações são possíveis quando se instala o mundo digital e das redes, como já acentuaram Manuel Castells e Pierre Levy, mas esse processo não é uma sucessão de alterações lineares e previsíveis (CASTELLS, 1999, p. 456-462; LEVY, 1999, p. 194, 195, 199). Conforme explora David McIntosh (2011), as experiências do digital também estão associadas às múltiplas temporalidades diante do espaço público, que derivam de memórias coletivas, de diferenças culturais, de lógicas sociais instituídas e instituidoras de hierarquias de poder, além de busca de superação das desigualdades.

2.3 Patrimonialização e objetos digitais

Convém explicitar uma distinção entre os acervos tradicionalmente abrigados em instituições de memória, sujeitos às possibilidades da digitalização, e o conjunto documental criado por organismos nacionais de proteção cultural, que foram constituídos para exercício de controle e fiscalização dos atos decisórios e políticas de tombamento ou de registro. Os acervos memoriais são documentais, no sentido atribuído por Le Goff, pelo que representam do seu tempo social de elaboração e, considerando que foram, também, seletivamente, recoletados de outras instâncias de produção (LE GOFF, 1994). Já a documentação produzida pela instituição patrimonial é claramente arquivística, mas com uma finalidade prática dirigida à ação de proteção do objeto externo ao acervo, ou seja, estará em continuado reuso do material ali sistematizado.

Abre-se uma distinção entre as elaborações da memória das instituições museológicas, bibliotecas e arquivos, de caráter documental, e, as de caráter patrimonial. Porém, haveria distinções quando esses fragmentos de memória são

colocados novamente em circulação, em especial, pela presença nas tecnologias digitais?

O reconhecimento de objetos informacionais como pertencentes ao patrimônio digital do país equivale, como propõe Dodebei, à patrimonialização de outros objetos, constituídos materialmente e integrados ao ambiente físico ou a outros suportes materiais (DODEBEI, 2015). A eleição de uns elementos em detrimento de outros requererá, na atualidade, a elaboração de critérios e consensos públicos, além de estratégias específicas de preservação.

Nesse sentido, a atuação de Lucio Costa, no âmbito dos primórdios do IPHAN, criado em 1937, foi de instituir uma sistemática de documentação fotográfica do universo de itens ou conjuntos a serem protegidos, segundo uma distribuição de responsabilidade de atribuições nacional, regional e local. A formatação dessa política institucional distribuída não foi implementada, mas a prática de documentar os inventários e a identificação de elementos, que teve como recurso a imagem fotográfica, foi amplamente utilizada e deu origem ao atual acervo do IPHAN. Lucio Costa entendeu, em 1949, que a prática da documentação envolvia duas fontes de informação, a primeira que decorre dos recursos informativos da imagem, associada à sistemática de levantamentos orientados pela observação direta, e a segunda resultante da pesquisa histórica elucidativa, no dizer do autor, direcionada à produção do objeto em foco, considerando os agentes, as técnicas, os materiais e as dificuldades de execução registrados (PESSÔA, 1999, p. 83-91). O processo de documentação, conforme Lucio Costa, relaciona-se assim a dois momentos, à etapa de sistematização dos procedimentos e à análise das informações, anterior à atribuição dos juízos de valor, que, no segundo momento, pode, ao final do processo, indicar o tombamento, transformando esses objetos em bens culturais reconhecidos pelo Estado brasileiro a partir do Decreto-lei nº 25/1937.

Ressalte-se que a trajetória institucional do IPHAN também não é linear e, ao longo do tempo, novas visões sobre patrimônio foram incorporadas, para além da representatividade artística, histórica ou nacional, que, por sua vez, deram peso a outras formas de registro documental (FONSECA, 2005). A importância dada à documentação fotográfica por Lucio Costa, denota um interesse maior do que reconhecer a veracidade da vinculação da imagem com o seu referente, pois responde a uma demanda que ultrapassa o processo de inventariação, ao gerar uma sistematização de caráter acumulativo sobre a história da arquitetura do país. Este arquivo de memória imagética, que se reporta a elementos construídos e paisagens brasileiras, teve, também, a função de garantir, a partir do registro do referente, situado no tempo e no espaço, a coerência técnica e científica atribuída à atuação institucional (PESSÔA, 1999, p. 83-91; FONSECA, 2005).

Do mesmo modo, pode-se pensar como essa documentação produzida, digital ou não, para instruir o diagnóstico e a caracterização dos objetos materiais de interesse das políticas de preservação cultural, no quadro das instituições patrimoniais, tem sido relacionada ao universo digital. Os atos decisórios de

tombamento do IPHAN e de instituições estaduais e municipais pertencem a uma determinada temporalidade de reconhecimento da memória arquitetônica, urbana e paisagística, que também pode ser objeto de análise, para além dos objetos ou elementos materialmente protegidos. E, em que medida, esses registros documentais estão disponibilizados ao público, em especial, os que se relacionam a Brasília?

Embora as principais instituições nacionais de memória, situadas no Rio de Janeiro, tenham dado ênfase à questão da disponibilidade do conteúdo digital e haja um conjunto de normativas que regem os processos de arquivamento, contemplando os objetos digitais, o panorama do acesso informatizado aos acervos de museus, bibliotecas, arquivos, cinemas, pontos de cultura e bens tombados é ainda restritivo no Brasil, conforme demonstra o levantamento da TIC – Cultura 2020 (Comitê Gestor da Internet, 2021). Esses equipamentos apresentaram incremento na disponibilidade ao público do acesso à Internet, via WIFI, e também maior inserção nas redes sociais para o compartilhamento de imagens sobre atividades realizadas, mas a finalidade é atrair o público para a programação institucional.

A pesquisa TIC – Cultura reconhece a ampliação da digitalização dos acervos, mas os índices são baixos por tipo de instituição. A proporção do material digitalizado nos arquivos, instituições em que esse quadro é mais favorável, não ultrapassou a metade do acervo. Os arquivos também atingiram o maior índice de disponibilização na Internet, 51% entre o que foi digitalizado. Outro dado, sobre a organização e gestão de documentação, refere-se à disponibilidade de acesso aos catálogos na Internet, que é inferior ao número de instituições cujos materiais já são gerenciados por softwares (COMITÊ GESTOR DA INTERNET, 2021). Considerando o longo prazo e a capacidade das instituições de salvaguardar para a sociedade brasileira os registros do passado, a digitalização de acervos é uma medida que ainda é considerada um meio de preservar o documento original do manuseio excessivo e um modo de controle e de sistematização do material documental. Por outro lado, o acervo digitalizado e disponibilizado resulta de um trabalho seletivo de curadoria em relação à totalidade das coleções, cujos critérios não são normalmente expostos.

3 Materiais e métodos

A metodologia aplicada a esta pesquisa explorou dados obtidos, de forma remota, de sistemas de informação de entidades nacionais e locais detentoras de acervos relevantes para a história do Brasil e de Brasília. Este trabalho traça um panorama da disponibilidade atual de fontes digitais sobre Brasília em comparação a outras cidades brasileiras. O foco da pesquisa foi circunscrever também o peso relativo cultural dado à questão da memória digital sobre Brasília, segundo o grau de disponibilidade das imagens, ou de sua possibilidade de disseminação.

Dois grupos de instituições, conforme Quadro 1, foram objeto de análise por sua representatividade nacional na disponibilidade de conteúdos digitais referentes à iconografia de cidades brasileiras: 1. A Biblioteca Nacional (BN), a

Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) e seus projetos consorciados com outras entidades custodiadoras, representados na Brasileira Fotográfica, com 12 entidades, sendo os principais acervos da Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Sales (IMS); e Brasileira Iconográfica, com Fundação Biblioteca Nacional e Instituto Moreira Sales (IMS-Rio de Janeiro), Pinacoteca de São Paulo e Instituto Itaú Cultural (São Paulo); o IPHAN e seus serviços de acesso; 2. As principais instituições de memória de Brasília, incluindo o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), a Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), o Museu Nacional da República (MNR) e o Museu de Arte de Brasília (MAB).

Quadro 1. Grupos de entidades, consórcios e parcerias

Instituições de memória	Entidades Nacionais	Consórcios Nacionais	Entidades Locais	Plataforma Global e parcerias locais
Grupo 1	BN; BNDigital; IPHAN	BN /Brasileira Fotográfica; BN/Brasileira Iconográfica		
Grupo 2	BNB; MNR		ArPDF; MAB	Google, Arts and Culture

Fonte: Autora (2023)

No primeiro grupo de instituições, as buscas nos sistemas de informação, acessados remotamente, obedeceram a parâmetros comparativos de descrição das imagens, que inclui a classificação de números de itens associados ao termo “paisagem” e às cidades de Belém, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro, Florianópolis. A seleção buscou rastrear cidades capitais dos Estados, de norte a sul, e de longo tempo de existência, em comparação a Brasília. No caso da Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital e dos consórcios Brasileira Fotográfica e Brasileira Iconográfica a busca considerou ainda o termo “ruas”, considerando a indicação descritiva da catalogação da BN referente à coleção “ruas do Rio de Janeiro”.

Para efeito também comparativo, as buscas não excluíram temporalidades. Os dados levantados estão agregados nos Quadros 2 a 5 e permitem estabelecer o paralelismo sobre a exposição imagética em meio digital das cidades citadas. Para reconhecimento e controle dos dados também foi consultado o catálogo virtual da Biblioteca Nacional, que remete ao acervo físico identificado.

O mesmo procedimento foi adotado nas plataformas do IPHAN, que disponibilizam conteúdos digitais e dados sobre documentação de inventários vinculados ao patrimônio material. Foram levantados dados nas Fototecas e no Arquivo para as mesmas cidades e verificado também tipos de materiais. A tabulação realizada envolveu só as fotografias do Arquivo/IPHAN. No caso do Rio de Janeiro, com necessidade de refinar resultados, foi acrescentado o termo tombamento para melhor identificação.

O segundo grupo de instituições locais de Brasília, embora denominadas nacionais, não têm a dimensão cultural abrangente atribuída às instituições do Rio de Janeiro e apresentam dificuldades de disseminação de dados de seus acervos, conforme Quadro 6. Ao mesmo tempo, é relativamente recente e muito restrito o acesso digital às coleções das instituições e aos documentos do Arquivo Público do Distrito Federal, se comparado ao volume numérico do acervo custodiado.

A seleção dos dados foi conduzida pela busca “Brasília” nos serviços virtuais da Biblioteca Nacional de Brasília – BNB, à semelhança do rastreamento do conjunto anterior. Porém, no caso do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) a busca de informação foi textual diante das informações processadas sobre o fundo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, que detém o acervo documental mais relevante da história da cidade (1892-1999), reconhecido pela Unesco no Programa Memória do Mundo, em 2007 (Arquivo Público do Distrito Federal, 2019). A Agência de notícias do governo local informou, em 2022, que está em curso um processo de digitalização dos principais acervos das instituições públicas locais (IZEL, 2022).

Os dados dos Quadros 2 e 3 trazem dois tipos de indicações. De um lado a questão da descrição documental que envolve o termo “ruas” e o termo “paisagens”, em que se observa a dominância do primeiro na catalogação da Iconografia da Biblioteca Nacional, equiparada na base da Brasileira Fotográfica e ausente na Brasileira Iconográfica, em que a noção de paisagem domina. A segunda indicação é o reduzido número de registros referentes a Brasília, envolvendo diversos tipos de documentos. Entre os itens da busca na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), grande parte remete ao local de publicação, não à temática.

Quadro 2. Mapeamento geral temático – paisagem, número de itens

Identificação/paisagem	BN/Iconografia	BNDigital	Brasileana Fotográfica	Brasileana Iconográfica
Paisagem	871	411 (q.doc)	1.278	2.623
Paisagem urbana	66	71	1.384	345
Paisagem natural	32	77	1.280	367
Ruas	1.634	688	1297	(s/r)

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional: BN, [2023]; BNDigital. [2023]; Brasileira Fotográfica, [2014-2023]; Brasileira Iconográfica, [2017].

Quadro 3. Brasília – documentação nos acervos da BN e BNDigital

BN /Brasília - tipos doc.	itens	BNDigital - Brasília/tipos	itens
Livros	233	Livros	38
Doc. Fotográfico	23	Mapas	30
Gravuras	12	Gravuras	12
Efêmero	9	manuscritos	12
Original de Arte (etc)	2	(etc)	
Total	282		109

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional: BN, [2023]. BNDigital, [2023].

Os dados do Quadro 4 trazem indicações sobre o material fotográfico, em que, de um lado, Brasília não tem representação digital na BNDigital e número muito reduzido na catalogação do acervo físico da Biblioteca Nacional, em comparação com Rio de Janeiro. Já nos dados do Acervo digitalizado do IPHAN o número é mais representativo, embora muito menor do que os dados de Belém e Salvador, que neste caso superam os registros do Rio de Janeiro. Nota-se aqui a distinção entre esses acervos, conforme as cidades brasileiras. Outra correspondência a observar é o volume aproximado de itens entre o acervo digital da Brasileira Fotográfica e do IPHAN.

Os dados do Quadro 5 cruzam o termo de busca “paisagem” e o termo das respectivas cidades, com destaque para número de registros do Rio de Janeiro em todas as bases, em especial na plataforma da Brasileira Fotográfica.

Quadro 4. Acervos fotográficos e objetos digitais

Acervos fotográficos/cidades	BN (em catálogos)	BNDigital	Brasileana Fotográfica	IPHAN	Total
Belém	12	0	101	2906	3.019
Salvador	129	1	158	4.475	4.763
Brasília	37	0	1	251	289
Rio de Janeiro	1.116	21	9.327	859	11.323
Florianópolis	4	0	23	162	189
Total	1.298	22	9.610	8.653	19.583

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – BN, [2023]. BNDigital, [2023]; Brasileira Fotográfica, [2014-2023]. Brasileira Iconográfica, [2017]; Iphan, [2023].

Quadro 5. Acervos, paisagem e cidades

Paisagem / cidade	BN Iconografia nº itens	BND Doc.iconográfico / nº itens	Brasileana Fotográfica / nº itens	Brasileana Iconográfica / nº itens
Belém	3	2	4	1
Salvador	4	0	5	5
Brasília	0	0	0	0
Rio de Janeiro	78	20	1.224	284
Florianópolis	0	0	0	4

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional-BN, [2023]; Fundação Biblioteca Nacional- BNDigital, [2023]; Brasileira Fotográfica, [2014-2023]; Brasileira Iconográfica, [2017].

Os dados do Quadro 6, das instituições locais, traduzem a baixíssima disponibilidade remota de documentação digital referente a Brasília, apesar de sua diversidade e relevância, com destaque para o material imagético. O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) digitalizou parte do acervo fotográfico do Fundo da NOVACAP, mas o acesso é presencial. Notar o volume de 18.794 negativos fotográficos e de 2.156 fotografias aéreas, em comparação com o número de objetos digitais disponíveis no site, de 184 itens. Há a exceção do Museu Nacional da República (MNR), que disponibilizou em site próprio, desde 2022, o seu acervo, em formato de catálogo. Para observação, distingue-se o tratamento dado ao Museu do Catetinho, primeira casa da Presidência da República no DF, que disponibiliza todo o acervo em formato digital.

Quadro 6. Brasília - Acervos de entidades locais

Tipos/nº itens	ArPDF / Fundo NOVACAP 1892-1999		Biblioteca Nacional de Brasília		Museu Nacional da República		Museu de Arte de Brasília		Museu do Catetinho *	
	ac.*	c.d.*	ac.	c.d.	ac..	c.d.	ac.	c.d.	ac.	c.d.
Cartografia	392	s.i.*								
Doc. textual/manuscrito	475,25 m	s.i								
Fotografia aérea	2.156	s.i								
Fotografias	1827	s.i								
Negativos Fotográficos	18.794	s.i								
Fotografias s/cartão/festival de cinema (24º)					144	144				
Filmes	88	s.i								
Vídeos	60	s.i								
Catálogos/Guias		9						1		
Obras					1400 +	497	1375	1379		
Objetos									224	224
Revistas/Livros/publicações		44	544	10						
Exposição virtual / fotog.		184								

* Casa da Presidência da República; ac. : acervo; s. i.: sem informação; c. d.: coleção digital. Fonte: ArPDF, [2023]; MNR, [2022]; BNB, [2022]; MAB e Museu do Catetinho, [2022].

Apesar desses níveis de restrição de acesso digital nos domínios públicos, está em disponibilidade, desde 2021, em uma plataforma global do Google, um número significativo de registros agregados, que incluem as instituições referidas e outras, no total de 19 coleções. Porém, para efeito de comparação foram processadas no Quadro 7 informações de quatro instituições de memória locais e mais duas coleções de entidades privadas, com conteúdo diretamente vinculado à arte aplicada de Athos Bulcão, artista cuja obra marca vários monumentos da cidade, e à coletânea do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) de imagens aéreas atualizadas de Brasília, que dialoga com a noção de escalas defendidas por Lucio Costa. O material disponível do Arquivo Público do DF é aqui superior numericamente ao que está disponibilizado no próprio site da entidade. Por outro lado, o material da Biblioteca Nacional de Brasília remete aos registros de atividades culturais e não às coleções.

Quadro 7. Plataforma Google Arts & Culture e parcerias locais

Plataforma Google Arts &Culture	Arq. Público do DF	Biblioteca Nacional de Brasília	Museu de Arte de Brasília	Museu Nacional da República	Instituto dos Arquitetos do Brasil/DF	Fundação Athos Bulcão
Itens	351	656 (exposições)	50	108	439	299

Fonte: Google. Plataforma Arts and Culture, 2021.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1. *Universo documental*

O universo documental relativo à memória urbana e sua disponibilização digital demonstra que a representação de Brasília nos acervos e plataformas nacionais é inexpressiva, mesmo no ambiente do IPHAN, a principal entidade de preservação cultural. Já era esperada a superioridade quantitativa de conteúdos sobre o Rio de Janeiro, como antiga capital, que reteve as principais instituições de memória nacionais, após Brasília. Porém, a análise dos dados obtidos mostra um outro lado do problema, pois acentua a dependência e relevância do universo das instituições locais em dois níveis, na capacidade de preservação e organização dos acervos físicos e na disponibilidade do digital no longo prazo. Brasília e sua memória social a ser compartilhada, local e nacionalmente, no âmbito do material imagético, depende da geração de políticas públicas, que direcionem suas próprias instituições para explorar, preservar e integrar seus acervos ao mundo digital.

Em contraposição surge, em 2021, na plataforma global do Google, a divulgação digital de documentação arquivística e artística dos acervos de Brasília, com a agregação de conteúdos de diversas instituições locais de memória, entidades privadas e instituições bancárias nacionais (GOOGLE, 2021). A visão totalizante, que visa agregar diversas faces da cidade e sua história em múltiplos fragmentos, surge sem que as entidades locais públicas tenham criado as próprias infraestruturas e processos amplos de disseminação de seus acervos.

Note-se que a Brasília de Lucio Costa e dos demais fundadores da cidade, com seus fundamentos modernistas, vinculados à noção de ruptura com o passado, deram grande relevância às experiências da dimensão cultural e suas instituições, tanto que os espaços para esses fins prevaleceram no ordenamento do centro urbano. Há, no entanto, uma prática de esquecimento ou de apagamento de funções culturais da cidade, que coloca em debate a relevância da noção de espaço público, de um lado, e, de outro, as novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias de informação no âmbito da cultura digital.

As instituições de memória locais, em especial o Arquivo Público do DF, não desenvolveram até o momento uma política cultural de acesso digital aos seus acervos, de baixa visibilidade dada a pequena representatividade digital das coleções.

O Arquivo Público disponibiliza no site institucional vários guias de fundos para pesquisa; a coleção da *Revista Brasília*, fundamental para observar o discurso da modernização associado a Brasília e à construção em imagens da nova capital; e uma coletânea de imagens fotográficas abrigadas em exposições virtuais desse processo de implantação da cidade. É muito recente o acesso remoto ao Museu Nacional da República, que criou a sua plataforma no sistema *TAINACAN*, em 2022, após a inventariação das coleções. O Museu de Arte de Brasília tem seu catálogo vinculado também a este serviço, como coleção. A Biblioteca Nacional de Brasília, que poderia ser um ambiente de grande suporte à memória urbana, considerando até sua localização espacial, detém um restrito acervo dedicado à temática de Brasília, conforme catálogo do sistema *Sophia*, e disponibiliza somente 10 documentos digitais *online* referentes ao *Festival Internacional de Cinema de Brasília*, que é um evento protegido por política cultural local. Curiosamente, um volume maior de itens do *Festival de Cinema* encontra-se como coleção isolada e anexa ao sistema do Museu Nacional da República (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 2019; ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, [2023]; MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA, [2022]; MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA/MNR, [2022]; BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA, [2023]).

As instituições locais, aparentemente, detêm orientação tecnológica para o processamento informatizado de seus acervos, considerando a preservação no longo prazo. O Arquivo Público do DF tem instalado sistemas vinculados à preservação digital, o *ATOM* e *Archivematica*, em que estão disponíveis até o presente conteúdos da Segurança Pública (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, [2023]).

Em Brasília, a experiência urbana pode ser enriquecida, não só por maior acesso à informação e à circulação de objetos digitais associados à história da cidade, mas como política pública de longo prazo, que amplie as possibilidades de construção social da memória urbana. Dessa forma, se o problema, como no caso da documentação de Lucio Costa, é a maior disponibilidade de acesso aos registros memoriais, não é o local detentor da custódia dos acervos o mais relevante.

Importa traduzir para o cidadão receptor da informação processada digitalmente que critérios são adotados para a seleção de objetos digitais, e, potencialmente, suas agregações em serviços de informação consorciados. Cumpre ressaltar que o acesso público ao acervo integral digitalizado deve ser outro parâmetro, viabilizado pela recuperação da informação, que depende da descrição de qualidade efetuada nos metadados de cada item depositado, independente dos sistemas em operação. Problemas de descrição em arquivamento e catalogação tornam os objetos digitais inacessíveis e frustram as perspectivas de pesquisa, além de contribuir para desvirtuar a contextualização dos registros de memória.

Já ao tratar dos processos de digitalização de acervos custodiados em Brasília e de relevância para a história local, as instituições detentoras necessitam avaliar não só a função de maior acesso ao objeto digital, mas a possibilidade de

oferecimento desse serviço no longo prazo. A instituição de políticas de preservação digital de longo prazo visa resguardar as condições mínimas de informação da criação do objeto e tornar viável a operação de sua reprodutibilidade técnica no futuro, de forma a garantir a confiabilidade e a autenticidade da fonte original (ARELLANO, 2004).

No caso da digitalização das imagens há que definir estratégias de tratamento conforme o uso a ser dado ao objeto digital. Considerando a reprodução dos acervos fotográficos, a exigência pela indicação de maior qualidade tecnológica, como forma de resguardar a fidelidade, se justifica para determinadas formas de uso em que a alta resolução seja necessária (VALLE, ARAÚJO, 2005). Não é, por exemplo, o caso da facilitação do acesso à visualização das imagens. Assim, a definição de planos adequados para resguardar os materiais prioritários à proteção no longo prazo depende das condições de possibilidade da instituição e dos processos seletivos que avaliem os benefícios complementares da digitalização, quanto à organização dos acervos e à sistematização da informação de maior relevância.

4.2 Acesso e memória digital em Brasília

Huyssen, ao tratar da excessiva preocupação com a preservação da memória e suas funções na sociedade atual, entende que as instituições locais ainda são as que podem exercer um papel nas dinâmicas de elaboração da memória social e na construção das identidades locais, em contraponto aos fluxos globais e fragmentários da informação (HUYSSSEN, 2000). Essa perspectiva traz de volta a questão da relação entre a cidade e suas instituições de memória, incluindo as práticas no universo digital.

Ao explorar esse tema, no caso do acervo de Lucio Costa, poderíamos considerar essa face digital dos serviços de informação culturais como componente extraterritorial, em relação ao local e ao nacional, portanto, não sujeito aos parâmetros da detenção de acervos memoriais, constituídos por acumulação em instituições partícipes e comprometidas com o mesmo processo social e histórico relacionado à biografia do arquiteto.

Em 1990, Lucio Costa, afirmou em correspondência já publicada: “o importante é que Brasília *exista*”. E, para isso, defendeu o seu tombamento urbanístico de forma a manter para as futuras gerações a “relação entre o *verde* das áreas a serem mantidas *in natura* (ou cultivadas como campos, arvoredos e bosques) e o branco das áreas a serem edificadas”, como relação prioritária para a definição de Brasília como *cidade-parque* (PESSÔA, 1999, p. 291, 292). Esse é o traço principal de identificação entre a cidade/obra e o universo integral da documentação produzida para a implantação da nova capital, que torna fundamental a relação entre os registros do arquiteto e a memória urbana.

A baixa representatividade de acesso, no meio digital, à documentação de Brasília, tanto no âmbito do Arquivo Público do Distrito Federal, quanto nos demais

serviços das instituições de memória brasileiros, gera um apagamento da memória visual sobre a cidade criada por Lucio Costa, que têm já, como contrapartida, a disponibilidade pública do acervo particular de Lucio Costa na Casa de Arquitetura, em Portugal (CASA DE ARQUITETURA, [2023]).

O resultado da pesquisa chama a atenção para a relevância dos acervos locais e para a gestão do universo digital e suas possibilidades. Não foi possível reconhecer uma política local estruturada para a preservação de longo prazo dos objetos digitais e da sua disponibilização pública, como instrumento de preservação e salvaguarda de potenciais riscos, referentes aos principais acervos públicos de Brasília.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que está em debate em relação à custódia do acervo de Lucio Costa e ao papel das instituições locais de memória é o reconhecimento da relação entre a história da cidade, com suas transformações, e a memória social, que tem na salvaguarda de séries de documentos e nos sistemas de informação conexos, a possibilidade de reinterpretação e de reuso dos vestígios deixados do passado, considerando aqui de forma ampla, tanto a construção de novo olhar histórico sobre os processos instaurados, quanto sob a ótica da percepção sobre a paisagem urbana construída. De outro modo, a exploração dessa noção da dimensão pública passa pela abordagem de tratamento dos registros da nova capital em seu processo de construção e implantação, incluída a documentação vinculada à concepção urbanística de Lucio Costa.

Note-se, como já acima referido, que Lucio Costa tinha clareza das funções informacionais da prática da documentação e de seus potenciais usos na construção da memória social, associada à arquitetura e às cidades no Brasil, e, por certo, esperaria que o mesmo interesse público fosse atribuído à sua principal obra.

A diferenciação entre os acervos patrimoniais do IPHAN e os acervos das instituições de memória foi definida por se reconhecer que há diferentes implicações institucionais nas políticas que afetam a construção da memória social, já que os primeiros se vinculam diretamente à preservação do mundo material e objetivo, da cidade que está lá fora. Contudo, as instituições de memória estão, com o universo das tecnologias digitais, ultrapassando as barreiras dos seus espaços compartimentados de registros do passado. Resta introduzir a visão de Le Goff sobre esses processos, considerando a necessária democratização da memória social (LE GOFF, 1994, p. 477). A criação de políticas locais orientadas por esse princípio, para as atuais e futuras gerações, necessitaria incluir o compromisso da preservação digital no longo prazo, com destaque para a principal documentação imagética do Fundo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, do Arquivo Público do Distrito Federal, já reconhecido pela Unesco como parte do Programa da Memória do Mundo.

REFERÊNCIAS

- ANGIOLILLO, Francesca. Lucio Costa, pai de Brasília, tem acervo doado a Portugal ao lado de Mendes da Rocha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3OvY0j7>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- ARELLANO, Miguel Angel Márdero. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.2, p. 15-27, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200002>.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Guia de fundos**. Brasília: ArPDF, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/39ekxsns>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Acervo**. Brasília, [2023]. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Lisboa: Edições 70, 2018.
- BARRETO, Aldo Albuquerque. O tempo e o espaço na ciência da informação. **TransInformação**, Campinas, v.14, n.1, p.17-24, 2002. <https://tinyurl.com/4tutsx94>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BEIGUELMAN, G.; LAVIGNE, N. de C. Memento mori: Museu Nacional e o arquivo sem museu. **Contemporânea: Revista Do PPGART/UFSM**, Santa Maria, v. 3, n.6, e4, 2022. <https://doi.org/10.5902/2595523363395>.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: KOTHE, Flavio R. (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 219-240.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA. **Acervo**. Brasília, [2023]. Disponível em: <http://www.bnb.df.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BRASILIANA FOTOGRAFICA. **Acervo**. [2014-2023]. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASILIANA ICONOGRAFICA. **Acervo**. [2017]. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da Natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (org). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Ed. USP, 1997. p. 198-231.
- CASA DA ARQUITETURA. **Lucio Costa**. Matosinhos, Portugal, [2023]. Disponível em: <https://bit.ly/3MHxXx>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHOAY, Françoise. Pensées sur la ville, arts de la ville. Cap 3. In: **Histoire de La France urbaine**. Tome 4. Paris: SEUIL, 1985. p.159-271.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET (CGI) (Brasil). **TIC Cultura**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais

brasileiros. São Paulo: CGI, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/ypah2zfz>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CONARQ. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Carta para a preservação do patrimônio arquivista digital**. Brasil: Unesco, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3MJXF1h>. Acesso em: 10 ago. 2021.

COSTA, Heloíse; RODRIGUES, Renato. **A fotografia moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN: Funarte, 1995.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DODEBEI, Vera. Patrimônio e memória digital. **Revista Morpheus** - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social, Rio de Janeiro, vol.5, n.8, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/3rha59m4>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FABRIS, Annateresa (org.) **Fotografia usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991.

FIGUEIRÔA, Sílvia. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Minc-IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca Nacional. **Fotografia: Coleção D^a Thereza Cristina Maria**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1987. Disponível em: <https://tinyurl.com/dupz7dn9>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca Nacional. **Acervo**. Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: https://www.acervo.bn.gov.br/sophia_web. Acesso em: 22 mar. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL. **Acervo**. Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: <https://www.bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acesso em: 23 mar. 2023.

GOOGLE. **Arts and Culture /Brasília. Projeto Brasília**, 2021. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/project/brasilia>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GRAU, Oliver. **Arte Virtual: da ilusão à imersão**. São Paulo: Editora UNESP; Editora SENAC São Paulo, 2007.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Patrimônio mundial**. Brasília, [2023]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31>. Acesso em 24 abr. 2023.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Rede Arquivos IPHAN. **Acervo**. Brasília, [2023]. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover>. Acesso em: 28 mar. 2023.

IZEL, Adriana. Acervo documental de órgãos do GDF está sendo digitalizado.

Agência Brasília, Brasília, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3ohkVUw>.

Acesso em: 19 abr. 2023.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.

LE MOS, André. Cultura da mobilidade. In: BEIGUELMAN, Giselle; LA FERLA, Jorge (org.). **Nomadismos Tecnológicos**. São Paulo: Editora SENAC, 2011. p.15-34.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed34, 1999.

MACIEL, Nahima; SCHWINGEL, Samara. Transferência de acervo de Lucio Costa do RJ para Portugal gera controvérsias, por Maciel, Nahima; Schwingel, Samara.

Correio Braziliense, Brasília, 21 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3lqRt5p>.

Acesso em: 14 abr. 2023.

MCINTOSH, David. Mobilidade e memória: para uma taxonomia da multiplicidade temporal. In: BEIGUELMAN, Giselle; LA FERLA, Jorge (org.). **Nomadismos tecnológicos**. São Paulo: Editora SENAC, 2011. p. 229-246.

MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA - MAB/Museu Nacional da República.

Coleções. Brasília, [2022]. Disponível em:

<http://museu.acervo.cultura.df.gov.br/colecoes>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA. **Acervo**. Brasília, [2022]. Disponível em:

<http://museu.cultura.df.gov.br/> Acesso em: 06 abr. 2023.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984, p. XVII-XLII.

PESSÔA, José (org.). **Lucio Costa: Documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**. São Paulo: Editora Unicamp, 1988.

VALLE, Eduardo; ARAÚJO, Arnaldo. Digitalização de acervos, desafio para o futuro.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 41, p.130-143, jul, 2005.

Disponível em: <https://tinyurl.com/ycyv8eb4>. Acesso em: 24 jan. 2022.